

# O desafio da inovação na área da saúde

## *The challenge of innovation in the health sector*

Flávio Diniz Capanema<sup>1</sup>, Priscilla da Luz Pena<sup>2</sup>, Kalínio de Kássio Monteiro<sup>3</sup>, Pollyana Anício Magalhães<sup>4</sup>

### RESUMO

A produção de novos conhecimentos que venham a gerar inovações no mercado torna-se cada vez mais uma necessidade entre os países. A aproximação entre governo, empresas e centros universitários mostra-se fundamental para o desenvolvimento de novos produtos. No Brasil, este modelo ainda caminha a passos lentos e necessita ser aperfeiçoado. Na área da Saúde este desafio torna-se ainda maior. A realização de pesquisas na busca por novos produtos patenteáveis que possam reduzir a dependência tecnológica deve ser incentivada. Também os mecanismos regulatórios merecem ser aperfeiçoados. A presença de um planejamento estratégico de longo prazo mostra-se fundamental para que ações em pesquisa, desenvolvimento e inovação possam gerar bons resultados no setor Saúde.

**Palavras-chave:** Inovação tecnológica, pesquisa, empresas, produto, saúde.

### ABSTRACT

*The production of new knowledge that will generate innovations in the market is becoming increasingly a requirement among the countries. The approach between government, companies and universities has proven crucial to the development of new products. In Brazil, this model walks at a slow pace and needs to be improved. In the health sector this challenge becomes even greater. The research performing in the search for new patentable products that can reduce dependence on technology should be encouraged. Also the regulatory mechanisms need to be upgraded. The presence of a long-term strategic planning has proven crucial for actions in research, development and innovation can generate good results in health sector.*

**Key words:** Technological innovation, research, companies, product, health.

### INTRODUÇÃO

O tema “Inovação” encontra-se na agenda do dia da maior parte dos setores produtivos nacionais, diante da necessidade de se agregar valor a novos produtos que venham a representar ganho de competitividade e, também, a garantia de permanência das empresas no mercado globalizado atual. A incorporação de novas tecnologias aos produtos eleva a qualidade dos serviços, gera empregos, renda e desenvolvimento social, impactando positivamente na qualidade de vida das populações.

Países emergentes como China, Índia e Córrea do Sul implementaram, a partir dos anos setenta, políticas industriais produtivas bem estruturadas, nas quais o conhecimento ocupou o seu ponto central<sup>1</sup>. A produção de novos conhecimentos

*Instituição:*

Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

*Endereço para correspondência:*

Núcleo de Inovações Tecnológicas e Proteção ao Conhecimento / Gerência de Pesquisa  
Diretoria de Desenvolvimento Estratégico e Pesquisa  
Alameda Álvaro Celso 100, 2º andar, Santa Efigênia  
CEP 30150-260 – Belo Horizonte (MG)  
fhemig.inova@themig.mg.gov.br

científicos e tecnológicos permitiu a estes países um ciclo virtuoso de crescimento sustentado ao longo destas últimas décadas e que perdura até o momento atual. Observa-se que tais políticas apresentam um traço em comum e de importância fundamental: a aproximação entre as instituições geradoras de conhecimentos, no caso as universidades e centros de pesquisa, e o setor produtivo (indústrias e empresas), cabendo aos governos a função indutora no processo. Este arranjo ficou conhecido mundialmente como o modelo da tripla hélice<sup>2,3</sup>.

No Brasil, este modelo de participação tripartite entre universidade, empresa e governo no aproveitamento de novas tecnologias para criação e desenvolvimento de produtos inovadores ainda caminha a passos lentos, urgindo por ações integrais que possam promover maior aproximação entre as partes envolvidas.

A política adotada pela CAPES / Ministério da Educação visando a produção de conhecimentos nas Universidades e as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) ainda hoje mostra-se direcionada para fins bibliográficos. Deste modo, verificou-se notável crescimento na produção acadêmica brasileira, traduzida numa ascensão do país no ranking mundial, ocupando em 2009 a 13ª posição em publicações e respondendo por 2,1% da produção científica mundial, superando países tradicionais como Holanda, Rússia e Suíça<sup>4</sup>. No entanto, nota-se uma baixa conversão de pesquisas em produtos comercializáveis. Considerando-se o número de registros de patentes - principal indicador de inovação - o Brasil continua com um baixo número de registros internacionais, expondo a situação de fragilidade verificada em relação à política tecnológica praticada no país, carecendo de um aperfeiçoamento nos mecanismos de aproximação entre o meio acadêmico e o produtivo.

O governo brasileiro, ciente da necessidade de se aprimorar mecanismos de incentivo voltados para esse processo de aproximação, promulgou em 02 de dezembro de 2004 a lei de número 10.973, conhecida como “Lei da Inovação”, que regulamentou os incentivos à inovação e à pesquisa científica no ambiente produtivo, reforçando o papel das ICTs e sua forma de participação no processo de inovação. Essa lei sinalizou, de forma clara, a intenção governamental de se fomentar uma maior aproximação entre pesquisadores e empresários na busca pelo desenvolvimento de projetos inovadores<sup>5</sup>.

Nesta direção, surgiu em 2005 a lei de nº11.196, a chamada “Lei do Bem”, com a finalidade de disciplinar a concessão de incentivos fiscais às empresas promotoras de atividades de base tecnológicas voltadas para inovações, possibilitando a celebração de parcerias do setor produtivo com as universidades e potencializando a pesquisa no setor privado<sup>5,6</sup>. Também os estados da federação têm empregado esforços para implantação das suas políticas de incentivo à inovação, sendo que Minas Gerais foi o primeiro estado a sancionar uma lei nesta direção, a lei nº 17.348 de 17 de janeiro de 2008, com ênfase na importância de criação dos Núcleos de Inovações Tecnológicas e Proteção ao Conhecimento (NITS) nas entidades estaduais<sup>5,7</sup>.

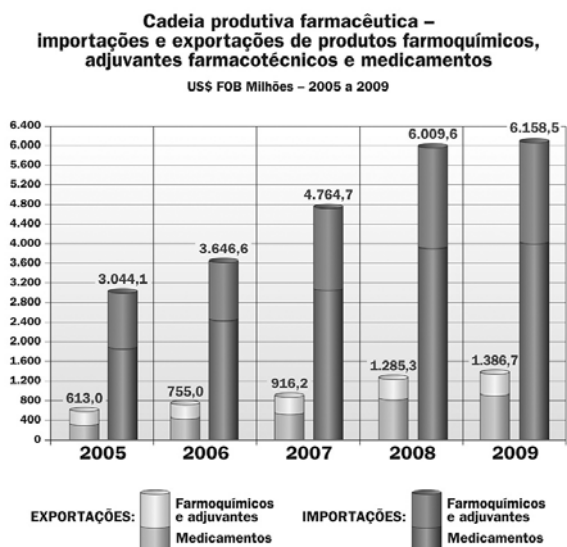
Apesar do avanço verificado no marco regulatório sobre inovação, há um longo caminho a ser percorrido por todos os atores envolvidos na questão, devido às complexas articulações a serem realizadas entre as entidades públicas e privadas num contexto dito ainda recente. Empresas nacionais como Embraer, Petrobrás e Embrapa alocaram investimentos em inovação de produtos e processos, valorizando seu capital humano, e hoje são tidas como exemplos de sucesso perante o mercado mundial. No entanto, grande parte do setor empresarial brasileiro ainda não se mostrou capaz de seguir na direção de uma transformação qualitativa, seja por questões de ordem cultural ou regulatórias.

## INOVAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE – DESAFIOS E REFLEXÕES

Nota-se um descompasso entre os diversos setores econômicos em relação às medidas de incentivo à inovação, que se encontram em diferentes estágios evolutivos perante o cenário de novas oportunidades surgidas. A Saúde, como área estratégica a ser considerada, merece análise especial, contextualizada a partir do cenário atual da Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) do país.

Sabe-se que as despesas com a saúde vêm aumentando progressivamente, sobretudo com medicamentos e planos de saúde, e em 2007 estes gastos já representaram 8% do PIB nacional, segundo o IBGE<sup>8</sup>. Com relação ao seu custo comercial, nota-se ser este um setor altamente deficitário e dependente de incorporação de novas tecnologias. Na produ-

ção de fármacos, o déficit comercial em 2009 foi da ordem de quase cinco bilhões de dólares, segundo a ABIQUIFI - Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica e de Insumos Farmacêuticos<sup>9</sup>, conforme gráfico abaixo:



**Figura 1** - Cadeia produtiva farmacêutica - importações e exportações de produtos farmoquímicos, adjuvantes farmacotécnicos e medicamentos.

### Como enfrentar estas questões?

A realização de pesquisas nesta área, na busca por novos produtos patenteáveis que possam reduzir a dependência tecnológica deve ser incentivada. Alcançar um posicionamento competitivo favorável e sustentável neste setor, por parte da indústria nacional, mostra ser um grande desafio na busca pela redução da dependência econômica e tecnológica, constituindo-se em fator de soberania nacional. A maior parte dos novos conhecimentos produzidos na área da saúde é considerada de domínio público, portanto, nem sempre passíveis de proteção intelectual. Dentre os principais produtos passíveis de proteção e registro resultantes de pesquisas na área temos os fármacos, vacinas, testes diagnósticos e equipamentos. Na maioria deles, os prazos para o seu desenvolvimento costumam ser longos e de alto custo, necessitando de recursos consideráveis por parte de algum órgão financiador, o que nem sempre se mostra factível.

A presença de um planejamento estratégico de longo prazo feito pelo agente governamental mostra-

-se fundamental para que as ações em pesquisa, desenvolvimento e inovação possam gerar bons resultados. Neste sentido, tem-se observado maior presença do Estado, através de seus órgãos de financiamento (DECIT/Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia, FINEP, BNDES, CAPES, CNPq, FAPs) nos últimos anos, buscando alcançar maior integração entre o Sistema Único de Saúde e as empresas nacionais, através de políticas de fomento de caráter vertical direcionadas ao desenvolvimento de produtos inovadores, além de visar um posicionamento competitivo da indústria no mercado globalizado.

Outro aspecto importante a ser considerado é o poder de compra que o próprio Estado possui perante o mercado, dentro da área da saúde, podendo se valer desta prerrogativa para se apresentar como agente indutor da inovação tecnológica. Em Minas Gerais, num exemplo a ser seguido, o governo pôde exercer seu poder de negociação, celebrando contrato de transferência de tecnologia junto a uma empresa estrangeira para fornecimento de vacinas à população, o que irá capacitar o estado a produzir o produto num futuro próximo.

Também os mecanismos regulatórios merecem ser aperfeiçoados. O setor empresarial clama por alteração na Lei do Bem para que os mecanismos de incentivo fiscal atrelado a inovações possam ser utilizados por empresas que usam o lucro presumido no seu balanço contábil, além de criação de mecanismos que venham a diminuir os entraves burocráticos<sup>6</sup>.

Os pesquisadores, ainda na sua grande maioria alocados nas Universidades e ICTs, necessitam de melhorias nos mecanismos de aproximação com a iniciativa privada para o desenvolvimento de novos produtos alinhados às demandas do mercado. Na área da saúde, em específico, a criação da carreira de pesquisador dentro do Estado de Minas Gerais poderá ser um grande passo para a valorização do profissional envolvido com a pesquisa no setor.

### CONCLUSÃO

Para que o processo de inovação avance no setor da Saúde torna-se necessário o aperfeiçoamento de mecanismos de interconexões entre os diferentes níveis: Pessoal, Processos e Parcerias (PPP). Assim, também na Saúde, pode-se dizer que: “...Inovar é preciso!”

## REFERÊNCIAS

1. ARBIX G. A inovação no centro da agenda. *Revista Interesse Nacional*. 2008;69-79.
2. BORGES MAG. A tripla hélice e o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação no Distrito Federal [tese]. Brasília (DF): Universidade de Brasília; 2006.
3. DAGNINO R. A relação universidade-empresa no Brasil e o argumento da hélice tripla. *Revista Brasileira de Inovação*. 2003;2(2):267-307.
4. GOIS A. Produção Científica cresce 56% no Brasil. *Folha de São Paulo*, 2009; Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u561181.shtml> Acessado em 20 out 2010.
5. ARAÚJO EF, QUEIROGA ES, BARBOSA CM, FOSSE GL. O cenário da inovação tecnológica. *Rev Med Minas Gerais* 2009;19(4Supl4):18-21.
6. NETO MB. Os números da inovação tecnológica brasileira. *Diário do Comércio*, 2009; set-09.
7. CAPANEMA FD, PENA PL, PEDROSA RM, FREITAS AL. Propriedade intelectual, inovações e proteção ao conhecimento na Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais. 2009;3-43.
8. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2009. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008\\_2009/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/default.shtm) Acessado em 20 out 2010.
9. ABIQUIFI - Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica e de Insumos Farmacêuticos. 2010. Disponível em: [http://www.abiquifi.org.br/mercado\\_estatisticas.html#3](http://www.abiquifi.org.br/mercado_estatisticas.html#3) Acessado em 21 out 2010.